



**Entre a margem e o centro: Luzia e a configuração de uma constelação
feminina no sistema literário português**

(1875–1945)

***Between the margin and the center: Luzia and the configuration of a female
constellation in the Portuguese literary system***


(1875–1945)

[10.29073/naus.v9i1.1162](https://doi.org/10.29073/naus.v9i1.1162)

Recebido: 22 de abril de 2026.

Aprovado: 21 de maio de 2026.

Publicado: XX de mês de 20XX.

Autor/a: Cátia Pestana , ADEGI/DRABM/CEG, Portugal, catiav.pestana@gmail.com.

Resumo

O presente artigo analisa a escritora Luzia (Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino, 1875–1945) enquanto figura central de uma rede de escritoras que se afirmaram entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A partir de um *corpus* constituído por textos diarísticos, epistolares e obras publicadas, examinam-se as relações estabelecidas entre autoras, bem como os contextos históricos e socioculturais que condicionaram a produção literária feminina. Mobilizando a conceção de literatura enquanto sistema comunicativo, proposta por Fernando Cristóvão (2005) e desenvolvida por Luísa Marinho Antunes [Paolinelli] (2014), procura-se aferir a existência de um “sistema literário feminino”. Argumenta-se que, embora não plenamente institucionalizado, este configura-se como campo relacional autónomo, sustentado por práticas de leitura, circulação textual e reconhecimento mútuo.

Palavras-Chave: Epistolografia; Literatura Feminina; Luzia; Redes Literárias; Sistema Literário.

Abstract

This article analyzes the writer Luzia (Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino, 1875–1945) as a central figure in a network of women writers who emerged between the late 19th and the first half of the 20th centuries. Using a corpus of diary entries, letters, and published works, it examines the relationships established between authors, as well as the historical and sociocultural contexts that shaped women’s literary production. Employing the conception of literature as a communicative system, proposed by Fernando Cristóvão (2005) and developed by Luísa Marinho Antunes [Paolinelli] (2014), it seeks to ascertain the existence of a “female literary system.” It argues that, although not fully institutionalized, this system constitutes an autonomous relational field, sustained by practices of reading, textual circulation, and mutual recognition.

Keywords: Epistolography; Literary Networks; Literary System; Luzia; Women’s Literature.

Considerações Iniciais

A literatura portuguesa do final do século XIX e da primeira metade do século XX desenvolve-se num contexto de reconfiguração profunda das estruturas sociais e políticas. A crise da monarquia constitucional, a implantação da República e a posterior consolidação do Estado Novo introduzem tensões que atravessam não apenas o plano institucional, mas também o campo cultural.

Neste quadro, a presença feminina no campo literário desenvolve-se sob condições de desigualdade estrutural. Tradicionalmente marginalizadas dos espaços de legitimação, as mulheres constroem formas alternativas de intervenção que permitem repensar o funcionamento do campo literário.



A figura da escritora *Luzia*, pseudónimo de Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino, permite observar esse processo a partir de uma perspetiva interna. A sua produção e as suas relações literárias tornam visível uma rede de escritoras que partilham referências, leituras e práticas discursivas que se revelam especialmente pertinentes para esta análise. A sua trajetória evidencia uma articulação entre o seu modo de viver cosmopolita e de relações estabelecidas no seio de uma elite social e a sua inserção em elites culturais que ultrapassam o contexto nacional, incluindo Paris e sudeste da França, região da Nova Aquitânia.

Com uma ascendência que se divide entre “uma das mais notáveis famílias madeirenses, os Lomelino, e [...] uma família igualmente notável alentejana, os Grande” (Pestana, 2025, p. 9), a autora “viveu entre a Madeira, Portugal Continental e o mundo [...] conheceu dois regimes políticos, viveu duas guerras mundiais” (*Id., Ibid.*, p. 10). Esta mobilidade constituiu um fator determinante na configuração da sua escrita e da sua posição no campo literário.

O presente artigo propõe-se, assim, analisar Luzia enquanto elemento estruturante de uma constelação de escritoras, avaliando a hipótese da existência de um sistema literário feminino no período em estudo, de acordo com o que preconizam Fernando Cristóvão (2005) e Luísa Antunes Paolinelli (2014) a propósito da literatura como sistema comunicativo.

Contexto Histórico e Condição Feminina

O período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX constitui uma fase de profundas transformações estruturais na sociedade portuguesa, marcada por uma forte instabilidade política, fragilidade económica e reconfiguração dos papéis sociais. Entre 1875 e 1945, Portugal atravessou a transição da Monarquia Constitucional para a Primeira República, seguida pela Ditadura Militar e pela consolidação do Estado Novo, contextos que moldaram significativamente as dinâmicas sociais e culturais do país, em particular no que respeita à condição feminina.

Do ponto de vista político, a crise do regime monárquico intensificou-se nas últimas décadas do século XIX, sendo o Ultimato Britânico de 1890 um momento de rutura simbólica e material. Este episódio expôs a fragilidade do império colonial português e contribuiu para o descrédito da monarquia, enquanto alimentou o crescimento do republicanismo (Serrão, 1988; Homem, 2011; Bráz, 2011). A implantação da República, em 1910, procurou introduzir reformas modernizadoras, mas rapidamente se revelou incapaz de assegurar estabilidade política, sucedendo-se governos em ritmo acelerado (Pinto, 2004).

Paralelamente, a economia portuguesa mantinha-se estruturalmente débil, assente sobretudo na agricultura e com uma industrialização ainda incipiente. As desigualdades sociais eram acentuadas e agravadas por crises económicas recorrentes, o que contribuía para o aumento do descontentamento social e para a difusão de ideologias contestatárias (Martins, 1997; Pinto, 2004). A elevada taxa de analfabetismo – cerca de 70% da população, em 1911 – evidencia o atraso estrutural do país face a outros contextos europeus.

Este cenário de instabilidade culminou no golpe de 1926, que abriu caminho à Ditadura Militar e, posteriormente, ao Estado Novo, regime autoritário liderado por António de Oliveira Salazar. Este período caracterizou-se por uma tentativa de estabilização económica e política, mas também por um reforço das estruturas conservadoras e tradicionais da sociedade portuguesa.

Neste contexto de transformação e tensão, a condição feminina revela-se particularmente marcada por continuidades e resistências. No final do século XIX, a mulher encontrava-se na maior parte das vezes circunscrita à esfera doméstica, sendo o casamento, a maternidade e a gestão do lar os elementos centrais da sua identidade social. Como refere Lopes, o modelo dominante era o da “mulher-anjo” (Lopes, 2017, p. 42), associado à abnegação, à moralidade e à submissão.

Do ponto de vista jurídico e social, a mulher era considerada dependente do homem, não sendo reconhecida como sujeito autónomo. O casamento implicava a transferência da tutela do pai, ou outra de figura masculina tutelar, para o marido, reforçando a sua condição de menoridade legal (*Id., Ibid.* p. 44). Esta estrutura patriarcal



era sustentada por uma forte influência da Igreja Católica, que promovia uma visão da mulher centrada na domesticidade, na maternidade e na submissão (Almeida & Boschetti, 2018, p. 156).

No plano laboral, as oportunidades para as mulheres eram limitadas e fortemente condicionadas pela classe social. A maioria desempenhava funções pouco qualificadas e mal remuneradas, como trabalho doméstico, atividades agrícolas ou tarefas na indústria têxtil. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, enfrentavam desigualdades salariais e ausência de proteção social.

Apesar destas limitações, o período em análise assiste ao início de um processo gradual de transformação da condição feminina. A crescente secularização da sociedade e a difusão de ideias liberais e feministas contribuíram para o questionamento dos papéis tradicionais e para a reivindicação de direitos. Como sublinham Magalhães *et al.* (2020), este movimento insere-se numa dinâmica mais ampla, de carácter internacional, que desde o século XVIII vinha defendendo a igualdade de direitos e o acesso das mulheres à educação e à cidadania.

Em Portugal, a partir da segunda metade do século XIX, começam a emergir sinais de mudança. Irene Vaquinhas identifica este período como uma viragem na condição feminina, com a abertura de novas possibilidades de intervenção social, ainda que frequentemente sob formas discretas ou indiretas (Vaquinhas, 2002, p. 210). As mulheres participam em atividades filantrópicas, colaboram na imprensa e intervêm, embora de forma limitada, na vida económica e cultural.

Este processo ganha maior expressão com o surgimento do movimento feminista português, que se desenvolve sobretudo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. De acordo com Vicente & Vicente, esta primeira vaga do feminismo caracteriza-se pela reivindicação de acesso à educação, à profissionalização, à independência económica e, progressivamente, à participação política (Vicente & Vicente, 2015, p. 38).

A educação assume, neste contexto, um papel central. Considerada uma condição essencial para a emancipação feminina, a instrução torna-se uma das principais reivindicações do movimento feminista. Como afirma Vaquinhas, o acesso ao ensino é entendido como um instrumento fundamental para a autonomia económica e social das mulheres (Vaquinhas, 2009, p. 251). No entanto, este acesso permanece limitado durante grande parte do período em análise, sendo frequentemente condicionado por fatores sociais, económicos e culturais.

À entrada no século XX assiste-se também à organização coletiva das mulheres em associações e movimentos que visam a defesa dos seus direitos. Estas organizações desempenham um papel crucial na mobilização feminina e na construção de uma consciência política e social. De acordo com Mariano, trata-se de um momento fundamental para a consolidação do feminismo em Portugal, ainda que marcado por tensões internas e por avanços e recuos (Mariano, 2022, p. 95).

Entre as principais reivindicações destaca-se o direito ao voto, entendido como instrumento de cidadania e de afirmação no espaço público. No entanto, o sufrágio feminino em Portugal foi um processo lento e restritivo, inicialmente limitado a uma minoria de mulheres com determinados requisitos de instrução e condição social. Apenas em 1974, após a Revolução de Abril, se estabelece o sufrágio universal.

Importa ainda salientar que este processo não foi linear. A instauração do Estado Novo representou um retrocesso significativo em vários domínios, reforçando o modelo tradicional de família e promovendo o regresso da mulher ao espaço doméstico. Apesar de formalmente consagrada na Constituição de 1933, a igualdade entre homens e mulheres foi limitada por disposições que legitimavam a desigualdade com base em argumentos de natureza e de organização familiar.

Em síntese, o período entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX caracteriza-se por uma tensão constante entre permanência e mudança na condição feminina. Se, por um lado, persistem estruturas patriarcais profundamente enraizadas, por outro, emergem movimentos e discursos que questionam essas estruturas e abrem caminho à redefinição do papel da mulher na sociedade portuguesa.



Exclusão e Afirmação das Mulheres no Campo Literário

A presença das mulheres no campo literário português, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, desenvolveu-se neste contexto marcado por uma tensão entre exclusão e afirmação. Se, por um lado, as mulheres enfrentavam limitações no acesso à publicação, à legitimação crítica e aos circuitos institucionais da literatura, por outro, criaram estratégias próprias de intervenção que lhes permitiram conquistar espaços de visibilidade e influência cultural.

A exclusão feminina do campo literário deve ser entendida num quadro mais amplo de desigualdades sociais e de género. A produção literária era dominada por homens que controlavam os mecanismos de consagração, incluindo editoras, crítica literária e instituições culturais. Neste contexto, a escrita feminina era frequentemente desvalorizada ou associada a géneros considerados menores, condicionando a sua receção crítica e a sua integração no cânone.

Apesar destas limitações, as mulheres encontraram formas alternativas de participação na vida cultural, nomeadamente através de espaços de sociabilidade cultural, como os salões literários, e de meios de circulação de textos, como a imprensa periódica. Estes espaços desempenharam um papel relevante na construção de redes femininas de escrita, ainda que informais, e na afirmação de uma presença ativa no campo literário.

Os salões literários constituíram um dos principais espaços de intervenção feminina. De acordo com Bittencourt, estes espaços podem ser entendidos como herdeiros de uma tradição aristocrática europeia (Bittencourt, 2020, p. 11), funcionando como locais de sociabilidade e consagração cultural. Também Dias (s.d.) sublinha o seu carácter de espaço de visibilidade social e literária, onde se definiam tendências e se promoviam autores.

Particularmente significativo é o facto de muitos destes salões serem organizados por mulheres – as *salonnières* – que assumiam um papel ativo na mediação cultural. Maria Amália Vaz de Carvalho descreve estas figuras como mulheres capazes de animar o debate intelectual e de reconhecer o talento literário, contribuindo para a valorização cultural dos seus círculos (Carvalho, 1911, p. 211-210).

Neste sentido, Lopes (2005) refere que a participação feminina nestes espaços permite relativizar a ideia de marginalidade das mulheres na cultura, evidenciando a sua presença efetiva na construção de redes intelectuais.

Em Portugal, vários salões adquiriram notoriedade, destacando-se figuras como a Marquesa de Alorna, Francisca de Paula Possolo, Felicidade Brown, Maria Amália Vaz de Carvalho, Veva de Lima, Carlota de Serpa Pinto, Branca de Gonta Colaço ou Maria Kruz, entre outras. Estes espaços funcionavam como locais de leitura, discussão e circulação de obras, permitindo às mulheres o acesso ao campo literário.

Paralelamente, os gabinetes de leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro contribuíram para a ampliação do público leitor e para a circulação de obras literárias. Embora estes espaços não fossem exclusivamente femininos, possibilitaram o acesso à leitura e à formação cultural, criando condições para uma maior participação das mulheres na vida intelectual.

A imprensa periódica assume, neste contexto, um papel particularmente relevante. Constituiu um dos principais meios de intervenção feminina, permitindo a publicação de textos e a participação em debates públicos. De acordo com Paolinelli, “a imprensa periódica foi aproveitada pelos dois sexos, para tratar todos [...] os problemas que afligem o século. Foi ela que permitiu a luta tanto por ideais tradicionais como pelas novas ideias progressistas” (Paolinelli, 2024, p. 415) que chegavam do exterior.

A presença das mulheres na imprensa demonstra, pois, que o seu papel na esfera cultural não era tão reduzido quanto frequentemente se supõe. Através deste meio, as escritoras puderam construir uma voz pública e estabelecer redes de sociabilidade intelectual, o que se revelou fundamental para a afirmação de uma identidade literária feminina, ainda que marcada por constrangimentos sociais e culturais.



No processo de afirmação feminina no campo literário, importa considerar também a progressiva profissionalização da escrita. Inicialmente associada a práticas informais ou domésticas, a escrita feminina começou gradualmente a adquirir reconhecimento enquanto atividade profissional. Este processo esteve ligado ao acesso à educação e à necessidade de independência económica por parte das mulheres.

Contudo, esta profissionalização enfrentou resistências significativas. A mulher escritora era frequentemente alvo de desvalorização e estigmatização social, sendo vista como alguém que se afastava dos papéis tradicionais de género, como podemos observar nos artigos publicados no *Diário de Lisboa* “A mulher e a literatura moderna”, de Manuel de Sousa Pinto, em 04.01.1922 (p.3), “A mulher nas letras” e “A mulher como profissional das letras que escreve por *coqueterie*”, de Maria de Carvalho, em 13.01.1926 (p. 8) e 13.04.1926 (p.8), e ainda na Página da Quinta-feira por Norberto de Araújo: Literatura feminina, publicado no mesmo periódico em 15.05.1928 (p. 3). Ainda assim, algumas autoras conseguiram afirmar-se no campo literário, contribuindo para a transformação das estruturas existentes.

Este movimento de profissionalização das mulheres através da escrita deve ser entendido no contexto mais amplo das reivindicações feministas da época. A escrita assume, neste contexto, uma dupla função: estética e política. Mais do que um exercício literário, constitui um meio de afirmação individual e coletiva, permitindo às mulheres ocupar um espaço de voz e de pensamento. Trata-se de um processo que desafia as estruturas patriarcais e contribui para a reconfiguração do campo cultural.

Luzia como Parte de uma Constelação de Escritoras, Entre a Madeira e o Mundo

A análise do percurso literário de Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino (1875-1945), conhecida pelo pseudónimo de Luzia, permite situá-la no interior de uma rede de relações intelectuais e afetivas que ultrapassa a dimensão individual da autoria e se inscreve numa dinâmica coletiva de produção e circulação literária feminina. Esta rede, aqui conceptualizada como uma “constelação de escritoras” (Pestana, 2025), articula-se em torno de práticas de leitura, crítica literária, escrita, partilha e incentivo à escrita e publicação que configuram formas específicas de sociabilidade literária no contexto português e europeu da primeira metade do século XX.

A trajetória de Luzia caracteriza-se por uma forte inserção em circuitos culturais diversificados. A autora viveu entre a Madeira, o continente português e centros europeus como Paris, frequentando espaços de sociabilidade literária e estabelecendo contacto com figuras relevantes da cultura do seu tempo. Esta circulação geográfica e intelectual permitiu-lhe não apenas acompanhar as tendências literárias contemporâneas, mas também integrar-se em redes transnacionais de escritoras, contribuindo para a construção de uma identidade autoral informada e cosmopolita.

O *corpus* constituído pelo seu Diário, pela correspondência e pelas obras epistolares – nomeadamente *Cartas do Campo e da Cidade* (1923) e *Cartas de uma Vagabunda* (1926) – revela uma escrita profundamente marcada pela introspeção e pela autorreflexividade. Estas formas de “escrita de si”, na aceção foucaultiana, configuram espaços privilegiados de afirmação subjetiva e de construção identitária (Foucault, 1982).

A análise desses textos evidencia a centralidade de dois eixos temáticos recorrentes – a “saúde” e a “solidão” – que funcionam como princípios estruturantes da experiência subjetiva e da expressão literária de Luzia. Estes conceitos não se limitam a uma dimensão emocional, antes assumem uma função organizadora da escrita, contribuindo para a construção de uma voz autoral singular. A recorrência destes termos, tal como identificado no estudo do *corpus*, permite traçar uma linha de continuidade entre a vivência pessoal e a produção literária da autora.

A inserção de Luzia numa constelação de escritoras manifesta-se de forma particularmente evidente nas suas relações com outras autoras, tanto portuguesas como estrangeiras, seja uma relação pessoal e de afeto ou uma relação por meio da escrita e leitura. Entre as estrangeiras, destacam-se figuras como a Condessa de Noailles e Katherine Mansfield, frequentemente associadas à ideia de “mulheres de génio”, na aceção de Luzia. Esta



designação, utilizada no contexto do estudo, constitui uma referência indireta ao reconhecimento da exceção intelectual e literária destas autoras no panorama cultural da época.

No plano nacional, Luzia estabelece relações de afinidade (de verdadeira amizade a admiração) com escritoras como Maria Amália Vaz de Carvalho, Teresa Leitão de Barros, Fernanda de Castro e Laura Veridiana de Castro. Estas relações configuram aquilo que pode ser entendido como uma rede de “afinidades eletivas”, sustentada por práticas de leitura mútua, comentário crítico e partilha de experiências literárias. Trata-se de uma dinâmica que ultrapassa a simples coexistência temporal, implicando formas de reconhecimento recíproco e de construção coletiva de sentido.

A correspondência desempenha, neste contexto, uma fonte de estudo primordial no sentido em que as cartas trocadas entre Luzia e outras figuras do meio literário constituem não apenas documentos de comunicação privada, mas também espaços de reflexão crítica, onde se discutem obras, ideias e posicionamentos estéticos. Esta dimensão epistolar contribui para a consolidação de uma comunidade interpretativa feminina, ainda que informal, que partilha referências e constrói um horizonte comum de expectativas literárias.

Neste sentido, a noção de “constelação” revela-se particularmente adequada, na medida em que permite pensar estas relações não como um sistema fechado e hierarquizado, mas como um conjunto dinâmico de ligações, marcado pela dispersão geográfica e pela heterogeneidade das trajetórias individuais. As escritoras que integram esta constelação não formam um movimento organizado, mas partilham experiências, leituras e desafios comuns, nomeadamente no que respeita à afirmação num campo literário predominantemente masculino.

A utilização da expressão *femmes de lettres*, presente no universo discursivo de Luzia, permite enquadrar este conjunto de autoras numa tradição cultural que reconhece a especificidade da intervenção feminina no campo literário. Esta designação, embora não homogênea, sugere a existência de uma categoria que agrega escritoras e mediadoras culturais, incluindo também as *salonnières*, enquanto figuras centrais na circulação de ideias e na legitimação literária.

A análise das relações estabelecidas por Luzia evidencia, assim, a existência de formas de sociabilidade literária feminina que, embora frequentemente invisibilizadas pela historiografia, desempenham um papel relevante na configuração do campo literário. Estas redes informais permitiram às escritoras contornar as limitações impostas pelas estruturas institucionais, criando espaços próprios de expressão e reconhecimento.

Luzia foi uma figura central e catalisadora na literatura feminina do seu tempo. Mais do que uma escritora, foi uma mentora e uma crítica literária, ainda que informal. Pode dizer-se que Luzia não era uma simples espetadora da produção alheia, mas sim uma agente cultural ativa, interessada em construir um espaço de visibilidade para as suas companheiras de ofício, uma espécie de “curadora” e “crítica” das obras das suas contemporâneas, ainda que estes conceitos não estivessem cunhados na altura.

Atuou como mentora e incentivadora direta de escritoras, fossem elas emergentes ou não. Insistia para que escrevessem, revia os seus textos e até cobrava produtividade – funções típicas de uma “editora informal” ou madrinha literária, mas também dava a sua produção a ler e pedia críticas aos seus textos.

E foi também aquilo a que hoje chamaríamos de “mediadora cultural”, uma vez que era dotada de uma vasta rede de contactos – que incluía não apenas mulheres, mas também homens influentes como o escritor e político António Ferro.

A rede de relações entre Luzia e outras escritoras da sua época não era meramente social, mas constituía uma dinâmica de legitimação mútua que ultrapassa a mera afinidade pessoal para se tornar também numa rede de suporte de um ofício das letras no feminino. Elas liam-se, criticavam-se e apoiavam-se, formando um núcleo coeso que partilhava o objetivo de consolidar a voz feminina no campo literário.



Neste quadro, a escrita feminina surge como prática de resistência e de afirmação. Ao produzir e partilhar textos, estas mulheres reclamam um lugar de voz e de pensamento, contribuindo para a redefinição dos limites do campo literário. A constelação de escritoras em que Luzia se insere não constitui apenas um fenómeno relacional, mas também um espaço de produção, onde se elaboram discursos sobre a identidade, a experiência e a condição feminina.

Sistema Literário Feminino: Enquadramento Teórico e Aplicação

A hipótese da existência de um “sistema literário feminino”, no contexto português do final do século XIX e início do século XX, exige um enquadramento teórico que permita ultrapassar a leitura individualizada das autoras e considerar a literatura enquanto fenómeno relacional e comunicativo. Neste sentido, a proposta de Fernando Cristóvão e de Luísa Marinho Antunes [Paolinelli], que concebem a literatura como um “sistema comunicativo”, assente em Emissores (escritores), Mensagens (as obras literárias), Recetores (um público que se reconhece nessa produção) e Canais de Circulação (Escolas, Academias, Bibliotecas, Livrarias...), constitui um referencial pertinente para a análise das dinâmicas de produção, circulação e receção da escrita feminina da época.

De acordo com esta perspetiva, a literatura não se reduz ao texto ou ao autor, mas integra um conjunto de elementos interdependentes – autores, obras, leitores, instituições e mecanismos de mediação – que, em interação, configuram um sistema. Trata-se de uma abordagem que enfatiza os processos de comunicação literária e a rede de relações que sustenta a existência e a legitimação das obras (Cristóvão, 2005; Antunes [Paolinelli], 2014).

Aplicada ao universo da escrita feminina, esta abordagem permite questionar se, para além da produção individual de autoras, existiu um conjunto estruturado de relações que configure um sistema literário específico. A análise desenvolvida aponta para a existência de dinâmicas que, embora não formalizadas, revelam uma lógica de funcionamento sistémico.

Em primeiro lugar, verifica-se a existência de uma rede de autoras que partilham referências, leituras e práticas discursivas. Como se evidenciou no estudo da constelação de escritoras em torno de Luzia, estas mulheres não escrevem de forma isolada, mas inserem-se em circuitos de sociabilidade literária que incluem correspondência, leitura mútua e comentário crítico. Esta intertextualidade relacional constitui um dos elementos fundamentais para a configuração de um sistema.

Em segundo lugar, identificam-se espaços de mediação e circulação que permitem a difusão das obras e das ideias. A imprensa periódica, os salões literários e, em menor escala, o mercado editorial funcionaram como plataformas de visibilidade e legitimação, ainda que com restrições significativas no caso das mulheres. Estes espaços integram o sistema enquanto instâncias de comunicação entre autoras e público.

Outro elemento relevante é a existência de um público leitor, ainda que não plenamente caracterizado, que consome e interpreta a produção literária feminina. A presença de mulheres leitoras, bem como a circulação de textos em revistas e jornais, sugere a formação de comunidades interpretativas que participam ativamente na construção de sentido das obras.

A partir destes elementos, torna-se possível considerar a hipótese de um sistema literário feminino, entendido não como uma estrutura formal ou institucionalizada, mas como uma rede de relações e práticas que conferem coerência ao conjunto. Trata-se de um sistema marcado pela informalidade, pela dispersão geográfica e pela ausência de reconhecimento institucional pleno, mas que, ainda assim, apresenta características de funcionamento sistémico.

Importa, contudo, sublinhar que esta configuração não implica homogeneidade. As autoras que integram este sistema apresentam percursos, posicionamentos ideológicos e estéticos distintos. A noção de sistema deve, portanto, ser entendida em sentido lato, como um conjunto dinâmico e heterogéneo de interações, e não como uma entidade coesa e uniforme.



A aplicação deste enquadramento teórico proposto por Fernando Cristóvão e Luísa Antunes Paolinelli ao caso em estudo permite também identificar os limites deste sistema. Um dos principais constrangimentos reside na dificuldade de acesso das mulheres aos mecanismos de consagração literária. A exclusão do cânone, a desvalorização crítica e a limitação das oportunidades de publicação condicionam a visibilidade e a permanência das obras femininas na memória cultural.

Por outro lado, a própria consciência de pertença a um sistema literário feminino parece ser incipiente. Embora existam indícios de reconhecimento mútuo entre autoras e de partilha de experiências, não se verifica a existência de um movimento organizado ou de uma teorização explícita que sustente essa pertença. Trata-se, assim, de uma consciência difusa, que se manifesta mais nas práticas do que nos discursos.

Ainda assim, a análise das fontes permite identificar sinais de uma progressiva afirmação de uma expressão literária feminina, entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, em Portugal. A presença de temas recorrentes, a valorização da experiência subjetiva e a utilização de formas como a epistolografia e a diarística apontam para a construção de uma identidade literária que, embora não exclusiva, apresenta traços distintivos.

Neste contexto, a proposta de um “sistema literário feminino” deve ser entendida como uma ferramenta analítica que permite evidenciar relações e dinâmicas frequentemente invisibilizadas. Ao deslocar o foco da análise do indivíduo para a rede, torna-se possível compreender de forma mais abrangente o papel das mulheres na literatura portuguesa do período em estudo.

A aplicação do modelo da literatura como sistema comunicativo ao universo da escrita feminina revela a existência de uma rede de interações que, embora fragmentada e pouco institucionalizada, apresenta coerência interna suficiente para ser interpretada como um sistema. Esta perspetiva contribui para a reavaliação do lugar das mulheres no campo literário, integrando a sua produção numa lógica relacional que ultrapassa a marginalidade a que foi frequentemente relegada (Pestana, 2026).

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite afirmar que a presença das mulheres no campo literário português, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, não pode ser compreendida apenas a partir de uma lógica de marginalidade ou exclusão. Embora inseridas num contexto marcado por fortes constrangimentos sociais, políticos e culturais, as mulheres desenvolveram estratégias de intervenção que lhes permitiram construir formas próprias de participação e visibilidade no espaço literário.

O enquadramento histórico evidencia uma tensão constante entre permanência e mudança na condição feminina. Se, por um lado, persistem estruturas patriarcais que limitam o acesso das mulheres à educação, ao trabalho e à esfera pública, por outro, emergem dinâmicas de transformação impulsionadas pela secularização, pelo movimento feminista e pela progressiva abertura de espaços de intervenção. Este contexto constitui o pano de fundo indispensável para compreender a atuação das mulheres no campo literário.

No plano cultural, verifica-se que a exclusão das mulheres dos mecanismos institucionais de consagração não impediu a sua participação ativa na vida literária. Através de espaços alternativos, como os salões literários, a imprensa periódica e as redes informais de sociabilidade, as escritoras conseguiram afirmar-se enquanto produtoras de discurso e agentes culturais. Estes espaços revelam-se fundamentais para a construção de uma identidade literária feminina e para a circulação de ideias e textos.

A figura de Luzia permite observar, de forma particularmente clara, estas dinâmicas. A sua trajetória, marcada por uma forte mobilidade geográfica e por uma inserção em circuitos culturais nacionais e internacionais, evidencia a existência de redes de sociabilidade literária que ultrapassam a dimensão individual da autoria. A noção de “constelação de escritoras” revela-se, neste contexto, uma ferramenta interpretativa eficaz para compreender a natureza relacional da escrita feminina, caracterizada por práticas de leitura mútua, correspondência, partilha de referências, crítica e incentivo à escrita.



A análise desta constelação evidencia que, embora não formalizadas, existiam formas consistentes de interação entre autoras, que contribuíam para a construção de um espaço comum de produção e interpretação literária. Estas redes, frequentemente invisibilizadas pela historiografia, desempenham um papel central na reconfiguração do campo literário, ao introduzirem novas vozes, temas e formas de expressão.

A aplicação do modelo teórico da literatura como sistema comunicativo, proposta por Fernando Cristóvão e Luísa Antunes Paolinelli, permite aprofundar esta leitura, ao deslocar o foco da análise do indivíduo para a rede de relações que sustenta a produção literária. A partir deste enquadramento, torna-se possível sustentar a hipótese da existência de um sistema literário feminino, entendido como um conjunto de práticas, interações e mecanismos de mediação que, embora informais e heterogêneos, apresentam coerência interna.

Assim, a existência de emissores conscientes da sua função, de recetores identificáveis, de mensagens com identidade temática, de estruturas de suporte, de redes de mediação e uma tradição em construção que alimentava o sentimento de pertença permitem concluir que a literatura feminina do período em estudo poderá constituir um sistema literário autónomo (Pestana, 2026).

Este sistema não corresponde a uma estrutura institucionalizada nem a um movimento organizado, mas antes a uma configuração dinâmica, marcada pela dispersão e pela diversidade das trajetórias individuais. A sua existência manifesta-se sobretudo nas práticas – na circulação de textos, na correspondência, na leitura partilhada – mais do que numa consciência explícita de pertença.

Importa, contudo, reconhecer os limites deste sistema. A exclusão do cânone, a desvalorização crítica e o acesso restrito aos mecanismos de legitimação continuam a condicionar a visibilidade e a permanência das obras femininas da época em estudo. Ainda assim, os sinais de afirmação identificados ao longo desta investigação, nomeadamente a construção de redes, a emergência de temas e formas específicas e a ocupação de espaços de mediação, apontam para uma transformação progressiva do campo literário.

Em síntese, a análise de Luzia e da constelação de escritoras em que se insere permite repensar o lugar das mulheres na literatura portuguesa deste período, não apenas como figuras periféricas, mas como agentes ativos na construção de um espaço literário relacional. A hipótese de um sistema literário feminino, embora carecendo de aprofundamento, revela-se uma via promissora para a reavaliação crítica da história literária, contribuindo para tornar visíveis dinâmicas e relações até agora pouco exploradas.

Bibliografia

Almeida, J. S., & Boschetti, V. R. (2018). A educação feminina e propostas coeducativas (séculos XIX/XX): A Igreja Católica como mediadora educacional. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, 20(31), 143–163. <https://doi.org/10.19053/01227238.8700>

Antunes, L. M. (2014). Literatura e literatos: questões e contornos da literatura produzida na Madeira e sobre a Madeira. In J. E. Franco & C. Trindade (Eds.), *Que saberes para o séc. XXI?* (pp. 403–412). Esfera do Caos.

Araújo, N. (1928, maio 15). Página de quinta-feira por Norberto de Araújo: Literatura feminina. *Diário de Lisboa*, p. 3.

Barreiro Bráz, J. M. (2011). 1890–1910: A eficácia republicana e o Ultimatum – aparentes sucessos e fracassos. In A. Rita & D. Vila Maior (Eds.), *Do ultimato à República: Variações literárias e culturais* (pp. 225–239). Esfera do Caos Editores.

Bittencourt, R. d. (2020). As instituições literárias em Portugal no século XIX. *Revista Terceira Margem*, 24(43), 8–22.

Carvalho, M. (1926, abril 13). A mulher de letras profissional e a mulher de letras que escreve por “coqueterie”. *Diário de Lisboa*, p. 8.



- Carvalho, M. V. (1911). *Cartas a uma noiva*. Editores Santos & Silveira.
- Cristóvão, F. (2005). *Cruzeiro do Sul, a Norte – Estudos luso-brasileiros*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Dias, F. R. (s.d.). Mobilizações e modelos culturais (pp. 47–69).
- Foucault, M. (1982). A escrita de si. *Corps écrit*, (5), 3–23.
- Lopes, A. C. (2005). A situação das mulheres de oitocentos. *Povos e Culturas*, (10), 169–176. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2005.8815>
- Lopes, M. A. (2017). Estereótipos de “a mulher” em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro). In M. A. Rossi (Ed.), *Donne, cultura e società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI–XXI)* (pp. 27–44). Sette Città.
- Luzia. (1923). *Cartas do campo e da cidade*. Editora Portugália.
- Magalhães, M., Rodrigues, R., Beires, A., & Iglésias, C. (2020). Dos tempos da urgência de pensar e agir: educação, cidadania e prevenção da violência de género em Portugal. In *Seminário Internacional Gêneros e Interdisciplinaridades: A práxis da interseccionalidade na contemporaneidade* (pp. 21–34).
- Manuscritos de Luzia. (1924–1931). Arquivo Regional da Madeira, Fundo Florival de Passos – PT/ABM/FPS-LUZ/001 (em tratamento para publicação).
- Mariano, F. (2022, outubro). *Às urnas: A reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821–1934)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Mariano, F. (2022, outubro). *Às urnas: A reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821–1934)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Paolinelli, L. A. (2024). 1849 – Mulheres e letras: da imprensa periódica ao livro, a afirmação feminina. In J. Franco (Ed.), *História global da literatura portuguesa* (pp. 415–420). Temas e Debates.
- Paolinelli, L. A., & Trindade, A. C. (2023). *Diário de Luzia: Caminhos da vida, um jornal*. Livros Horizonte.
- Paolinelli, L. A., & Trindade, A. C. (2024). *Adeus por hoje... Cartas de Luzia para Fernanda de Castro e António Ferro*. Edições Colibri.
- Pestana, C. V. (2025). *Luzia e as escritoras da sua época: Uma constelação de mulheres entre a Madeira e o mundo* (Dissertação de mestrado, Universidade da Madeira). Repositório da Universidade da Madeira. <http://hdl.handle.net/10400.13/7631>
- Pinto, A. C. (2004). A queda da 1.ª República: Uma interpretação. In M. Baião (Ed.), *Elites e poder* (pp. 165–183). Publicações do CIDEHUS; Edições Colibri. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3786>
- Pinto, M. d. (1922, janeiro 4). A mulher e a literatura moderna. *Diário de Lisboa*, p. 3.
- Serrão, J. V. (1988). *História de Portugal* (Vol. 10, A queda da Monarquia [1890–1910]). Editorial Verbo.
- Trindade, A. C., & Paolinelli, L. A. (2025). *Cartas d’uma vagabunda*. Edições Esgotadas.
- Vaquinhas, I. (2002). Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX: Breve esboço. *Revista da Faculdade de Letras: História*, III Série, 3, 201–221.
- Vaquinhas, I. (2004). As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista: Algumas questões económicas e sociais (1850–1900). In B. M. Vieira (Ed.), *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no séc. XIX* (pp. 149–164). Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa CEHCP-ISCTE.



Vaquinhas, I. (2009). Estudos sobre a história das mulheres em Portugal: As grandes linhas de força no início do século XXI. *Revista Internacional INTERthesis*, 6(1), 241–253.

Vicente, A., & Vicente, F. L. (2015). Fora dos cânones: Artistas e escritoras no Portugal de princípios do século XX. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, (33), 37–51.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a Declarar. **Revisão por Pares:** Dupla-cega.



Todo o conteúdo da *NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais* é licenciado sob [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.